

[Handwritten marks and signature]
Blochigro

Casa do Povo de Abela

Anexo às DF's

1 de Junho de 2022

Índice

Balanço

Demonstração de Resultados por natureza

Demonstração de fluxos de caixa

Demonstração de alterações nos fundos patrimoniais

1	Identificação da Entidade	7
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3	Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1	Bases de Apresentação e Mensuração	8
3.2	Alterações nas políticas contabilísticas	9
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas.....	9
3.4	Correção de erros de períodos anteriores.....	9
4	Activos Fixos Tangíveis.....	12
5	Custos de Empréstimos Obtidos.....	13
6	Inventários	13
7	Rendimentos e ganhos	14
8	Subsídios do Governo e outras entidades públicas.....	15
9	Instrumentos financeiros.....	16
10	Benefícios dos empregados.....	16
11	Acontecimentos após a data de balanço.....	18
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
13	Outras Informações	18
13.1	Investimentos financeiros.....	18
13.3	Caixa e Depósitos Bancários	18
13.4	Estado e Outros Entes Públicos	19
13.5	Fornecimentos e Serviços Externos	19
13.6	Outros Rendimentos e Ganhos	19
13.7	Outros Gastos e Perdas.....	20
13.8	Resultados financeiros	20

Balço

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2021 (1)	31/12/2020 (2)
ACTIVO:			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	4	1.205.087,87	1.320.572,94
Investimentos financeiros	13.1	4.134,18	4.119,18
		<u>1.209.222,05</u>	<u>1.324.692,12</u>
Activo corrente:			
Inventários	6	16.779,24	11.507,87
Créditos a receber	9.1	20.612,00	11.522,54
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros			
Outras contas a receber	9.1	3.461,02	7.857,98
Diferimentos	13.2	14.039,58	12.475,46
Outros activos correntes			
Caixa e depósitos bancários	13.3	102.414,25	208.765,14
		<u>157.306,09</u>	<u>252.128,99</u>
Total do Activo		<u>1.366.528,14</u>	<u>1.576.821,11</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos		47.702,94	47.702,94
Resultados transitados		(176.284,61)	(132.448,10)
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	374.010,35	409.388,99
Resultado líquido do período		(120.191,24)	(45.366,32)
Total do fundo de capital		<u>125.237,44</u>	<u>279.277,51</u>
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	5	1.035.564,15	1.115.611,69
Outras dívidas a pagar			
		<u>1.035.564,15</u>	<u>1.115.611,69</u>
Passivo corrente:			
Fornecedores	9.2	31.991,53	8.391,35
Estado e outros entes públicos	13.4	48.514,17	64.731,61
Financiamentos obtidos	5	1.296,26	
Outros passivos correntes	9.2	123.924,59	108.808,95
Diferimentos			
Outros passivos financeiros			
		<u>205.726,55</u>	<u>181.931,91</u>
Total do Passivo		<u>1.241.290,70</u>	<u>1.297.543,60</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>1.366.528,14</u>	<u>1.576.821,11</u>



 BRodrigues

Demonstração de Resultados por natureza

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2021 (1)	31/12/2020 (2)
Vendas e serviços prestados	7	624.801,58	628.200,68
Subsídios à exploração	8	350.678,29	351.087,30
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(171.956,97)	(161.923,07)
Fornecimentos e serviços externos	13.5	(151.022,50)	(126.239,62)
Gastos com o pessoal	10	(704.239,78)	(670.412,22)
Outros rendimentos	13.6	78.502,48	85.006,55
Outros gastos	13.7	(498,68)	(5.154,46)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		26.264,42	100.565,16
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(117.729,67)	(117.729,67)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(91.465,25)	(17.164,51)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	13.8	(28.725,99)	(28.201,81)
Resultado antes de impostos (EBT)		(120.191,24)	(45.366,32)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(120.191,24)	(45.366,32)

Demonstração de Fluxos de caixa

(Montantes expressos em Euros)

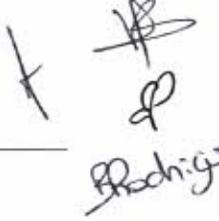
Rubricas	Notas	31/12/2021 (1)	31/12/2020 (2)
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		702.468,80	608.678,14
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		(301.014,28)	(279.771,34)
Pagamentos ao pessoal		(688.663,77)	(605.891,16)
	Caixa gerada pelas operações	(287.209,25)	(276.984,36)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		244.834,70	281.098,70
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(42.374,55)	4.114,34
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(1.503,37)	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		4.552,80	5.177,37
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		6,21	
Dividendos			
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	3.055,64	5.177,37
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			259.737,61
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(54.870,14)	(43.933,55)
Juros e gastos similares		(12.015,58)	(25.675,75)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		(146,26)	
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(67.031,98)	190.128,31
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(106.350,89)	199.420,02
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		208.765,14	9.345,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período		102.414,25	208.765,14

Rodrigues

Demonstração de alterações nos fundos patrimoniais

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO EM 01-01-2020	1	47.702,94	(134.203,08)	444.767,63	1.754,98	360.022,47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alterações de políticas contabilísticas						-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						-
Ajustamentos por impostos diferidos						-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			1.754,98	(35.378,64)	(1.754,98)	-
	2	-	1.754,98	(35.378,64)	(1.754,98)	(35.378,64)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(45.366,32)	(45.366,32)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						-
Subsídios, doações e legados						-
Outras operações						-
	5	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2020	6=1+2+3+5	47.702,94	(132.448,10)	409.388,99	(45.366,32)	279.277,51
Alterações de políticas contabilísticas						-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						-
Ajustamentos por impostos diferidos						-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.13		(46.836,51)	(35.378,64)	45.366,32	-
	7	-	(46.836,51)	(35.378,64)	45.366,32	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				(120.191,24)	(120.191,24)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						-
Subsídios, doações e legados						-
Outras operações						-
	10	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2021	11=6+7+8+10	47.702,94	(179.284,61)	374.010,35	(120.191,24)	122.237,44



1 Identificação da Entidade

A Casa do Povo de Abela, com o número de identificação de pessoa colectiva 500919887 tem a sua sede na Rua Dr. Francisco Costa, nº 10, em Abela.

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de direito privado e de utilidade pública. Com estatutos publicados no Diário da República nº 172, III Série, de 27/07/1994, legalmente equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) conforme Decreto Lei 171/98, de 25 de Junho, e declaração da Direção Geral da Solidariedade e Segurança Social.

Tem como finalidade desenvolver actividades de carácter social, cultural, desportivo e recreativo, exercendo como actividade principal o apoio social a idosos com e sem alojamento e como actividade secundária outras actividades de apoio social.

Face ao seu reconhecimento como IPSS, encontra-se isenta de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, nos termos do Art.10º do CIRC.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho, no quadro das disposições legais em vigor; e que se encontram consignadas para entidades do sector não lucrativo (ESNL) no Aviso 8258/2015 de 29 de Julho, e na Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho e na Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspectos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as NCRF e Normas Interpretativas (NI); as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC/IFRIC.

Não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF-ESNL.

Todos os conteúdos das demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

A
B
3Rachg

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases Gerais de Apresentação e Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

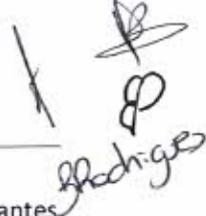
Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar



Handwritten signature and initials in the top right corner, including the name "Rodrigo" and a large stylized "P".

a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 50 anos
Equipamento básico	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	3 a 4 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Outros activos fixos tangíveis	3 a 8 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.2 Inventários

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e que estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

f
B. Rodrigues

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis ou a curto prazo sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

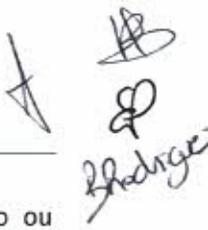
Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Handwritten signature and initials in the top right corner, including a stylized 'A' and 'B' and the name 'Rodrigo'.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de Investimentos são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os encargos financeiros não capitalizados são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.3 Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas

3.4 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas

3.5 Correção de erros de períodos anteriores

Não foram detectados quaisquer erros materiais com impacto nas demonstrações financeiras do período ou em períodos anteriores.

4 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activo Bruto									
	Saldo em 1/01/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	589,21				589,21				589,21
Edifícios e outras construções	2.141.913,00				2.141.913,00				2.141.913,00
Equipamento básico	163.208,61				163.208,61	2.238,60			165.447,21
Equipamento de transporte	85.394,07				85.394,07				85.394,07
Equipamento administrativo	70.194,32	2.551,02			72.745,34				72.745,34
Activos fixos tangíveis em curso									
Outros activos fixos tangíveis	2.211,06				2.211,06				2.211,06
	2.463.510,27	2.551,02			2.466.061,29	2.238,60			2.468.299,89

Depreciações Acumuladas									
	Saldo em 1/01/2020	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2020	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	-				-				-
Edifícios e outras construções	749.304,37	99.797,88			849.102,25	99.797,88			948.900,13
Equipamento básico	133.767,80	10.385,49			144.153,29	10.385,49			154.538,78
Equipamento de transporte	72.394,10	6.500,00			78.894,10	6.500,00			85.394,10
Equipamento administrativo	69.999,69	1.046,30			71.045,99	1.046,30			72.092,29
Outros activos fixos tangíveis	2.292,72				2.292,72				2.292,72
	1.027.758,68	117.729,67			1.145.488,35	117.729,67			1.263.218,02

Activo Líquido					1.320.572,94				1.205.081,87
----------------	--	--	--	--	--------------	--	--	--	--------------

Gastos com Depreciações

	2020	2021
Activos Fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	99.797,88	99.797,88
Equipamento básico	10.385,49	10.385,49
Equipamento de transporte	6.500,00	6.500,00
Equipamento administrativo	1.046,30	1.046,30
	117.729,67	117.729,67

Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos

À data de 31 de Dezembro de 2021 a rubrica “Edifícios e outras construções” inclui a quantia escriturada de 100.154,45€ referente aos edifícios do Centro de Dia, Sede Social e Bairro de Renda Económica, dados como garantia de empréstimos bancários da entidade.

A 31 de Dezembro de 2021 não existem compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis.

5 Custos de Empréstimos Obtidos

No exercício de 2021, os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos foram reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

O detalhe da rubrica “Empréstimos obtidos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2021 é conforme se segue:

Empréstimos e Descobertos Bancários

	2020	2021
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	1.115.611,69	1.035.564,15
	<u>1.115.611,69</u>	<u>1.035.564,15</u>
Correntes		
Empréstimos Bancários		1.296,26
Contas Correntes Caucionadas		
		<u>1.296,26</u>
	<u>1.115.611,69</u>	<u>1.036.860,41</u>

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Prazo de Reembolso dos Empréstimos

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos Bancários	1.036.860,41	1.296,26	517.782,07	517.782,08
Contas Correntes Caucionadas				
	<u>1.036.860,41</u>	<u>1.296,26</u>	<u>517.782,07</u>	<u>517.782,08</u>

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

	Inventários						
	Inventário em 01/01/2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2021
Matérias primas e consumíveis	13.495,07	159.935,87		11.507,87	177.228,34		16.779,24
Produtos acabados				-			-
...				-			-
	<u>13.495,07</u>	<u>159.935,87</u>		<u>11.507,87</u>	<u>177.228,34</u>		<u>16.779,24</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<u>161.923,07</u>			<u>171.956,97</u>
Variações nos inventários da produção							-

7 Rendimentos e Ganhos

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:



 Rodrigues

Réditos

	2020			2021			
	Valor		Valor de	Valor		Valor de	Valor de
	Valor Nominal	reconhecido		Valor Diferido	reconhecido		
Prestação de serviços	623.804,74	623.804,74	-	621.168,18	621.168,18	-	-
Mensalidades de utentes	620.340,74	620.340,74		618.140,18	618.140,18		
Quotizações e joias	3.464,00	3.464,00		3.028,00	3.028,00		
Proveitos suplementares	-	-	-	-	-	-	-
Proveitos suplementares							
Outros proveitos operacion	4.395,94	4.395,94	-	3.633,40	3.633,40	-	-
Outros prov. Operacionais	4.395,94	4.395,94		3.633,40	3.633,40		
	628.200,68	628.200,68	-	624.801,58	624.801,58	-	-

A rubrica "Outros proveitos operacionais" refere-se ao reembolso das senhas de refeição e receitas do bar.

8 Subsídios do Governo e outras entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de subsídios do Governo:

	Subsídios						
	Valor atribuído	Balanço		Demonstração de resultados			
		Capital próprio		Imputação de subsídios para investimentos		Subsídios à exploração	
		2020	2021	2020	2021	2020	2021
Subsídios relacionados com activos	699.633,00	409.388,99	-	35.288,64	35.198,64	-	-
FSE - Fundo Socorro Social	6.000,00	2.700,00		300,00	300,00		
Programa PARES	625.133,00	383.438,91		33.148,64	33.148,64		
Junta de Freguesia Abela - Lar	5.000,00	3.250,08		250,00	250,00		
Câm. Munic. Sant Cacém - água	30.000,00	19.500,00		1.500,00	1.500,00		
Doações - Banco de bens doados	33.500,00	500,00		90,00			
Subsídios à exploração	-	-	-	-	351.087,30	350.678,29	
ISS IP - Acordos Cooperação Social					327.667,56	338.464,71	
ISS IP - Apoios COVID					762,48	1.563,61	
ISS IP - Adaptar Social +					3.981,63	3.878,52	
Autarquias - Protocolo refeição escolares					17.028,47	5.546,20	
IEFP, IP					1.647,16	1.225,25	
	699.633,00	409.388,99	-	35.288,64	35.198,64	351.087,30	350.678,29

F
AB
CP
Brachyio

9 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perdas por imparidade são os seguintes: clientes, contas a receber;

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo são os seguintes: fornecedores, contas a pagar e empréstimos bancários.

9.1 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2021, estas rubricas são detalhadas conforme se segue:

	Créditos a receber					
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Clientes Correntes						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	11.522,54	15.910,27			11.522,54	15.910,27
De 180 a 360 dias		4.701,73				4.701,73
Mais de 360 dias						
	<u>11.522,54</u>	<u>20.612,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.522,54</u>	<u>20.612,00</u>

	Outras Contas a Receber	
	2020	2021
Fornecedores (saldos contrários)	3.666,69	
Adiant. e outras operações com o pessoal		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Subsídio ANPC		
Outros Devedores	4.191,29	3.461,02
IEFP, IP	4.191,29	810,96
ISS, IP - Retenções acordos cooperação		2.650,06
	<u>7.857,98</u>	<u>3.461,02</u>

9.2 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2021, estas rubricas são detalhadas conforme se segue:

	Fornecedores	
	2020	2021
Fornecedores, Conta Corrente	8.391,35	31.991,53
Fornecedores, títulos a pagar		
	<u>8.391,35</u>	<u>31.991,53</u>

BRachyge

Outras Contas a Pagar

	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Corrente		
Pessoal	1.681,66	570,54
Clientes (saldos contrários)		
Fornecedores de investimentos		1.567,39
Adiantamentos por conta de vendas		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	77.110,15	87.806,40
Juros a liquidar	958,63	
Outros acréscimos de gastos	-	3.785,94
Outros Credores	<u>29.058,51</u>	<u>30.194,32</u>
	<u>108.808,95</u>	<u>123.924,59</u>

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2020 e 2021 foram, em ambos os períodos de 11 membros efectivos e 6 suplentes.

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações pelo exercício das suas funções, nem existem quaisquer créditos concedidos ou outro tipo de compromissos assumidos com os mesmos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 e em 31/12/2021 foi de 55 e 59 respectivamente.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários é assim detalhado:

Gastos com o Pessoal

	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	541.920,15	567.735,34
Encargos sobre Remunerações	119.287,76	126.454,10
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	5.046,68	5.783,35
Outros gastos com Pessoal	<u>4.157,63</u>	<u>4.266,99</u>
	<u>670.412,22</u>	<u>704.239,78</u>

11 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

f
B
Rodrigues

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos financeiros

A rubrica “Investimentos Financeiros” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2021, a seguinte decomposição:

Titulos capital - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul	1.030,00 €	1.045,00 €
Fundo de Compensação do Trabalho	3.089,18 €	3.089,18 €
Total	4.119,18 €	4.134,18 €

13.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

	Diferimentos Activos	
	2020	2021
Diferimento de gastos		
Seguros	12.475,46	14.039,58
Outros custos diferidos		
	12.475,46	14.039,58

13.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2021
Caixa	12.483,17 €	16.212,69 €
Depósitos à Ordem	77.281,97 €	39.201,56 €
Depósitos a Prazo	119.000,00 €	47.000,00 €
	208.765,14 €	102.414,25 €

13.4 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e outros entes públicos” desdobra-se da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos

	2020	2021
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	-	-
Retenção imposto s/ rend.	7.697,88	10.547,86
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social	57.033,73	37.966,31
	64.731,61	48.514,17

13.5 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” nos exercícios de 2020 e 2021, foi a seguinte:

Descrição	2020	2021
Serviços especializados	48.866,76 €	70.474,31 €
Materials	5.353,94 €	2.889,21 €
Energia e fluidos	54.288,75 €	65.487,92 €
Deslocações, Estadas e transportes	16,50 €	- €
Serviços Diversos	17.713,67 €	12.171,06 €
	126.239,62 €	151.022,50 €

13.6 Outros Rendimentos

A repartição da rubrica “Outros Rendimentos” nos exercícios de 2020 e 2021, foi a seguinte:

Descrição	2020	2021
Rendimentos suplementares	3.192,69 €	- €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros (Rendas)	5.688,05 €	6.669,96 €
Outros	6.097,33 €	6.658,54 €
Imputação subsídios investimento	35.288,64 €	35.198,64 €
Donativos	34.739,84 €	29.975,34 €
	85.006,55 €	78.502,48 €

13.7 Outros Gastos

A rubrica "Outros Gastos e Perdas" tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2021
Impostos e taxas	529,98 €	301,08 €
Correções exercicios anteriores	3.845,73 €	- €
Dívidas incobráveis	470,85 €	- €
Outros	307,90 €	197,60 €
	5.154,46 €	498,68 €

13.8 Resultados financeiros

Os resultados financeiros reconhecidos nos exercícios de 2020 e 2021 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Gastos e Perdas de Financiamento		
Juros de Financiamentos obtidos	26.803,70 €	27.755,12 €
Outros gastos e Perdas - Relat. Financ.obtidos	1.398,11 €	970,87 €
	28.201,81 €	28.725,99 €

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

O Contabilista Certificado

Assinado por: **Elina Alexandra Sabina Costa Pereira**
 Num. de Identificação: BI10149041
 Data: 2022.06.30 10:02:20+01'00'



A Direcção

Beatriz da Conceição Rodrigues
[Handwritten signature]

CASA DO POVO DE ABELA

Parecer do Conselho Fiscal

Caríssimos sócios,

O relatório de contas da nossa instituição demonstra claramente os fins específicos a que a mesma se propõe. Em 2021 continuamos sob a sombra da pandemia. Respeitando as diretrizes da DGS (Direção Geral da Saúde) tivemos de manter o investimento necessário para podermos proteger utentes, funcionários e familiares.

Após conferência devida das referidas contas podemos concluir que no ano de 2021 a instituição apresentou um total de receitas (Vendas e Serviços prestados, subsídios à exploração e outros rendimentos) no valor de 1.053.982,35 €, e um total de despesas (Custo de Mercadorias vendidas e de matérias consumidas, Fornecimentos externos, gastos com o pessoal e outros gastos) de 1.027.717,93€.

Os valores apresentados permitem demonstrar um resultado operacional positivo, antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) na ordem dos 26.264,42€.

Após análise da restante documentação podemos concluir que a instituição apresentou em 2021 um resultado líquido do período de 120.191,24€ negativos maioritariamente provocado por gastos/reversões de depreciação e amortização, por encargos com juros e similares e também pela redução do resultado operacional.

Este valor reflete também toda a situação pandémica que se manteve durante o ano de 2021 afetando bastante o funcionamento diário da nossa instituição.

Com esta demonstração de resultados o Conselho Fiscal vem perante esta Assembleia Geral emitir um parecer favorável sobre o relatório de contas apresentado pela Direção.

Abela, 01 de Junho de 2022

O Conselho Fiscal

Hugo Alexandre Guilherme Franco

• Pedro Machado.

Alexandra Filipa Mendes Pereira Ventura.

ACTA Nº 157

---Aos um de junho de dois mil e vinte e dois pelas vinte e uma horas reuniram-se em 2ª sessão por não se encontrarem presentes a maioria dos sócios para a 1ª sessão marcada para as vinte horas, na sala de reuniões do Centro de Dia desta Casa do Povo sita em Abela, os sócios em Assembleia Geral Ordinária conforme convocatória do seu presidente o senhor Jorge Humberto Nunes Pereira, datada de quinze de maio de dois mil e vinte e dois.-----

---Aberta a sessão pelo senhor presidente da Mesa o senhor Flávio Ruben de Jesus Gomes de Almeida, que substitui o senhor Jorge Humberto Nunes Pereira que por motivos pessoais, tendo como secretárias a senhora Vera Lucia dos Santos Romão e a senhora Elina Alexandra Sabina Costa Pereira, foi lida a referida convocatória com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---1º Apreciação e votação do Relatório, Balanço e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal do ano de 2021; -----

---2º Outros assuntos de interesse para a Instituição.-----

---Seguindo-se a ordem de trabalhos, o senhor presidente da Mesa passou a apresentar as contas e relatório de 2021.-----

--- No exercício findo, continuou a Direcção a dispensar os melhores esforços no sentido de garantir uma gestão económica e equilibrada, na procura da estabilidade da Associação-----

---Não se registou no ano de 2021 alteração nas capacidades fixadas nos acordos celebrados com a Segurança Social para a área do apoio à população idosa, à exceção do acordo relativo à valência de Centro de Dia que foi cessado.-

---Durante o ano de 2021, o número médio de utentes foi de: 37 utentes para o Serviço de Apoio Domiciliário, 20 utentes para o serviço de alimentação e de 48 utentes para a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.-----

---O ano de 2021 representou um agravamento nos resultados da instituição, a começar logo pelo EBITDA - resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos no valor de 26.264,42€ (Vinte e seis mil duzentos e sessenta e quatro euros e quarente e dois cêntimos) quando no exercício de 2020 o mesmo resultado havia sido de 100.565,16€ (Cem mil quinhentos e sessenta e cinco euros e dezasseis cêntimos)-----

CASA DO POVO DE ABELA, NIF 500919887

---O resultado operacional fixou-se nos -91.465,25€ (Noventa e um mil quatrocentos e sessenta e cinco euros e vinte cinco cêntimos negativos) e o resultado líquido do exercício nos -120.191,24 (Cento e vinte mil cento e noventa e um euros e vinte e quatro cêntimos), resultado este muito impulsionado pelo acréscimo no custo das matérias consumidas e dos fornecimentos e serviços externos.-----

---Na análise do balanço da Associação em 31/12/2021 verifica-se um total do fundo de capital de 125.237,44€ (Cento e vinte cinco mil duzentos e trinta e sete euros e quarenta e quatro euros).-----

-----Expostas as contas, foi lido pelo presidente do Conselho Fiscal, o senhor Hugo Alexandre Guerreiro Franco, que se encontrava presente, o parecer do conselho fiscal, que após conferência das contas, e alertando para a situação financeira da Instituição, emite um parecer favorável às mesmas.-----

---Assim foram postas à votação pelo senhor presidente da mesa as contas do exercício de 2021, tendo sido as mesmas aprovadas por unanimidade. -----

---No período reservado à apreciação e intervenções dos sócios foi feita pela parte do senhor presidente da direção o ponto de situação das diligências efetuadas pelos novos órgãos sociais nestes primeiros meses de mandato bem como a apresentação de algumas iniciativas a implementar no futuro próximo.--

---Nada mais havendo a discutir no último ponto da ordem de trabalhos, o senhor presidente da mesa da Assembleia Geral agradeceu a presença dos sócios e encerrou-se a reunião pelas vinte e duas horas e foi feita esta acta que lida e aprovada vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.--

